

A Experiência da Pastoral Afro-brasileira.

Wallace Rocha dos Santos¹

Resumo: O alto percentual de cidadãos negros no contingente nacional, não necessariamente implicou na preservação e manutenção de sua diversidade cultural naquele perímetro. Ao caráter tradicionalista dos ritos religiosos, diante do viés secular de intolerância para com as notícias originadas no seio africano, a religiosidade oficial - católica - foi imposta e aculturada, sendo apreendida grande parte de sua simbologia, o que através da atuação de agentes religiosos negros tem veiculado a resitência cultural por via do culto oficializado, o que se observa desta análise, representando o reconhecimento da demanda do segmento negro pela CNBB, de um claro desdobramento da cidadania afro-brasileira, valendo como assertiva a interpretação de dados já catalogados na Região do Grande-Rio (RJ).

Palavras-chave: catolicismo – negritude – Rio de Janeiro.

Abstract: The high percentile of black citizens in the national contingent didn't necessarily implicate in the preservation and maintenance of its cultural diversity in that perimeter. To the traditionalistic character of the religious rites, before the secular inclination of intolerance to the news originated in the African breast, the official religiosity – Catholic – was imposed and cultured, being apprehended great part of its symbolism, which through the performance of black religious agents has transmitted the cultural resistance through the official cult, what is observed of this analysis, representing the recognition of the black segment demand by CNBB of a clear unfolding of the Afro-Brazilian citizenship, being worth as a statement the interpretation of data already classified in the Grande-Rio Area (RJ).

Key-Words: Catholicism – Blackness – Rio de Janeiro

I - Introdução ao Tema

Por se tratar o Brasil de um país colonizado de há pouco, historicamente é reputado como um país jovem, apresenta uma série de disfunções sociais decorrentes de sua recém conquistada autonomia em uma série de contextos, balizadores da sua formação cultural, deveras multifacetada, produto da miscigenação das raças fundantes nacionais.

A religião, em especial o catolicismo, que nestas terras chegou com a chancela oficial, em muito contribuiu nos moldes apresentados pela sociedade brasileira moderna. Atualmente a liturgia aplicada possui características próprias, muitas vezes paradoxais, dada a herança medieval e pós-tridentina legada por seus *descobridores*, porém, cada vez mais assemelhada às práticas populares.

Para uma análise mais aproximada do real quadro religioso brasileiro, se faz necessário adentrar o contexto histórico, sendo o estado do Rio de Janeiro uma de suas

localidades mais emblemáticas, o que se potencializa ainda mais quando observamos as especificidades de sua região metropolitana, onde a religião católica tem se mostrado verdadeiro instrumento de inclusão social de uma suposta minoria da população nacional, ali maioria – a negra -, que através de práticas de cunho afro, tem revitalizado o interesse em sua mística, contrapondo-se à representação dominante na América Latina, reforçando a sua identidade, o que certamente se mostra uma faceta positiva do fenômeno.

O mosaico espiritual e a riqueza cultural encontrada naquele recorte são responsáveis por uma série de estudos teológicos relacionados à compreensão religiosa. Porém, os efeitos da inculturação de elementos africanos ali, demonstram, para além do atestado de manutenção de uma cultura minimamente preservada, absorvida, no entanto como o mais original exercício ecumênico pela Igreja Católica, valorizando a identidade do etnicamente excluído na qualidade de ator social, neste caso o negro, no que tange a sua condição e suas crenças originárias.

II - A Evolução Litúrgica Brasileira

A liturgia medieval e pós-tridentina foi legada ao Brasil através de sua colonização ibérica, demonstrando caráter romano agregado a elementos franco-germânicos, provindos da idade média, via Portugal, dotada de grande rigor jurídico e rubricística após o século XVI, a partir do Concílio de Trento – 1545/1563 (SILVA:2001, 98).

De regra, caracterizava-se a liturgia romana *stricto sensu*, por uma nobre simplicidade, de não valorizadora de considerações sentimentais; demonstrando a sua ritualística a funcionalidade e aspectos lineares como marcas fundamentais, não apresentando claros sinais de veneração quando da consagração, o que se alteraria ao sofrer influências dos povos franco-germânicos, originando uma forma híbrida (romano-franco-germânica), que nos séculos X-XI seria incorporada por Roma até o Concílio Vaticano II.

Para a compreensão de nossa herança litúrgica, a raiz religiosa que aqueles povos possuíam, dotados de verdadeiro temor diante da divindade, traduzido em evidente sentimento de culpa, acrescido de uma alta individualidade. Era uma liturgia monolítica, igual para todos, logo, sem qualquer consideração relativista cultural, por isto, quando se fala em liturgia na América Latina, nos vem a mente uma idéia de cerimonial não o mistério pascal. Não

¹ Wallace Rocha dos Santos (walace_r@hotmail.com) Mestrando em Sociologia e Direito (UFF-PPGSD).

competindo ao povo, qualquer atuação efetiva, além da assistência, de regra não inteligível, sendo o clero o seu único ator.

Diante da ausência de protagonismo, o catolicismo popular encontrou espaço para reproduzir-se no imaginário e práticas coletivas. O recurso mágico aos santos decorre deste vácuo participativo deixado por tal postura: as devoções aos santos, ao santíssimo sacramento, às procissões e novenas se deram, na medida que o eixo divino sustentado pela Igreja se mostrava uma realidade intangível para a massa fiel, que deste modo experimentava uma vida religiosa mais rica e salvífica, aproximando-se cada vez mais de Deus por via de uma religiosidade mais familiar, autêntica.

Assim sendo, a Igreja não alcançava o *status* de *locus* da vivência comunitária, posto a reputação de comerciante da fé, onde se possibilitava a encomenda de missas para toda sorte de situações. A religião é utilizada como fator de salvação individual, sem a vivência coletiva no projeto de constituição do “povo de Deus”.

Através do incentivo do Papa Pio XII, em 1947, o movimento litúrgico entendeu como caminho unificador o término das diferentes devoções, o que em sua opinião punha em risco a unidade da própria Igreja. No Brasil as correspondências simbólicas eram grandes entre o culto aos santos e o dedicado às divindades africanas.

Neste contexto se deu a proposta do Concílio Vaticano II, por meio da “Constituição *Sacrosanctum Concilium* sobre a liturgia”. Este documento funcionaria como divisor de tendências dentro da Igreja, eis que uma nova sensibilidade cultural passaria a ser o vetor de alterações estruturais, diante do protagonismo popular, bem como da valorização da simplicidade e autenticidade, facultando aos leigos, deste modo, uma participação mais efetiva.

Determinava o Concílio a criação pelas pastorais, de condições para uma real funcionalidade do povo na liturgia, não como atores periféricos, mas como agentes de destaque, o que implicaria também numa redução da pompa, posto que os fiéis deveriam sentir-se contemplados na cerimônia, cômicos da celebração pascal que ali vigia. Isto fica patente na leitura dos números 34 e 37/40, onde já se ventilara a necessidade da adaptação da liturgia às várias culturas.

No Brasil a experiência das Comunidades Eclesiais de Base – CEB`s – ocuparam de forma muito atuante o papel conferido por Roma, valendo-se de uma simbologia autêntica, inculturando às diversas regiões suas raízes culturais, através da música, dos arranjos, de seu folclore, transformando a celebração da páscoa, até a pouco um cerimonial sisudo, numa festa popular. A inovação das celebrações ecumênicas encontraram ambiência naquele contexto.

O negro, o índio e também o nordestino, contando com o apoio da Confederação dos Bispos do Brasil – CNBB -, têm se esforçado para reduzir o estigma conferido pelas matrizes sociocêntricas dominantes, na tentativa da preservação de suas culturas, fato que se atesta na edição de livros litúrgicos adaptados e da inserção de datas comemorativas no ano litúrgico, o que representa um grande avanço no reconhecimento de suas condições.

III - O Elemento Negro Organizado no Brasil

Infere-se do já aventado, o caráter tardio do processo de inculturação experimentado no Brasil, em especial no Rio de Janeiro, estado da Federação que dado a suas especificidades, tendo recebido um grande número de grupos étnicos africanos, somado aos europeus que aqui também aportaram após depois da expedição portuguesa. A sua grande maioria composta de malês, que dotados de longa influência islâmica, deixaram também a sua contribuição na formação cultural carioca; e bantos, nome genérico referente a um grupo de cerca de 2000 línguas africanas estudadas por W.H. Bleck em 1860, termo apropriado pelas ciências (BALANDER, 1968:64). Enquanto os primeiros fossem na sua maioria oriundos da região do Sudão, Gana e Senegal, os últimos eram originados da região sub-saariana da África, dentro dos grandes grupos raciais etiópicos, ganense, nilótico, congolês e sul-africano ou zambeziano (LOPES, 1988:85).

Uma breve constituição histórica se faz necessária, para ilustrar o mínimo referente nestes mais de 500 anos. Cumpre-se no entanto frisar, que parte do projeto escravista tinha em mente a aglutinação do contingente escravo, que se comporia de um mosaico étnico, baseado na multiplicidade de idiomas e costumes, o que de certo inviabilizaria revoluções e articulações contra o *status quo* de então. Este argumento, não esclarecido na maior parte dos estudos históricos, previa, por meio da coação cultural, a manutenção determinista padronizada à época.

Realmente a religião se mostrava um pilar do projeto escravista, posto que durante três séculos (XVI ao XVIII), parte considerável dos argumentos que visavam a manutenção da escravidão, justificavam a prática do cativo como um resgate da ignorância em que viviam os negros, o que seria possível através da conversão ao cristianismo. Aquela conversão – forçada – lhe libertaria do pecado ao passo que abriria a porta da salvação eterna, o que se lhes apresenta como um grande benefício, logo, a manutenção da ordem social era tida como real expressão dos desígnios da providência divina, e como tal, não comportaria digressões.

Da importação humana da África, uma grande sorte de africanos trouxe consigo cultos, práticas e credos, que foram combatidos como premissa daquele estigma. Muitos se perderam diante da atuação e fiscalização do Estado, havendo, porém, uma série de burlas ao sistema, que culminaram com a preservação de boa parte da gênese original. Alguns artífices desta faceta se deram na clandestinidade (zungú, capoeira, práticas muçulmanas, rezas, cultivo de ervas, etc), outras, no entanto, teriam se dado dentro de um verdadeiro viés de inculturação, como as associações de negros no Rio de Janeiro, que se apresentam na literatura como tradicionais e de novos tipos.

Dentro do primeiro grupo a mais antiga seria a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito dos Homens Pretos, que eram santos ligados à sorte dos escravos de há muito. Esta igreja foi erigida em 1725, funcionando como Catedral do Rio de Janeiro e também como sede do Senado Federal. Ali eram realizadas as Festas do Divino, com a presença de um imperador, onde se coroava o Rei e a Rainha do Congo, tal qual em todo país (PINTO, 1953:219-220).

Observe-se, no entanto, que a organização desta irmandade se dera por intervenção da Igreja oficial, que impunha a condição de que o tesoureiro fosse um *homem bom*, ou seja, branco e rico. Outro ponto a ser discutido é o culto dos mártires no cativo, corrente no dia treze de maio – data da abolição da escravatura -, geralmente ocorrido junto aos túmulos localizados no interior das igrejas cariocas. Os crentes congregavam a idéia de que aqueles funcionariam como bons intercessores, este fato – reza junto aos túmulos – refere-se o que comumente se verifica nas ditas *macumbas* do Rio de Janeiro, tomadas como religiões de matiz africano e, que na verdade, contavam com negros e brancos dividindo sua espiritualidade – novo sinal de inculturação.

A literatura atesta ricamente esta prática, conforme se observa no trecho colado abaixo, da lavra de Machado de Assis (ASSIS, 1904:11-12).

“Natividade e Perpétua conheciam outras partes, além de Botafogo, mas o morro do Castelo, por mais que ouvissem falar dele e da cabocla que lá reinava em 1871, era-lhes tão estranho e remoto como o club. O íngreme, o desigual, o mal calçado da ladeira mortificavam os pés às duas pobres donas. Não obstante, continuavam a subir, como se fosse penitência, devagarinho, cara no chão, véu para baixo. A manhã trazia certo movimento; mulheres, homens, crianças que desciam ou subiam, lavadeiras e soldados, algum empregado, algum lojista, algum padre, todos olhavam espantados para elas, que aliás vestiam com grande simplicidade; mas há um donaire que não se perde, e não era vulgar naquelas alturas. A mesma lentidão

do andar, comparada à rapidez das outras pessoas, fazia desconfiar que era a primeira vez que ali iam. Uma crioula perguntou a um sargento: “Você quer ver que elas vão à cabocla?” E ambos pararam à distância, tomados daquele invencível desejo de conhecer a vida alheia, que é muita vez toda a necessidade humana. Com efeito, as duas senhoras buscavam disfarçadamente o número da casa da cabocla, até que deram com ele”.

As irmandades e confrarias se voltavam para a celebrarem o culto e devoções aos santos e almas, se constituindo no mais importante suporte da religião católica no país. Era composto por leigos, que abrilhantavam as festas nas quais o padre comparecia para referendar a causa dos festejos.

Voltando ao legado malê, salvo remotas reminiscências, pouco restou de sua cultura negro-islâmica no Brasil. Da resistência dos nagôs “animistas”, organizada em sociedades secretas, inclusive de auxílio mútuo, tendo nos zungús talvez o seu melhor retrato, poucos estudiosos tiveram o interesse em enfrentar a questão.

Ao contrário do ocorrido na Bahia, a experiência do culto malê no Rio de Janeiro foi apenas objeto de referências orais. Mas em 1983 foi encontrado misterioso escrito árabe numa parede demolida da rua Buenos Aires, Centro daquela cidade. O jornal *O Globo* anunciou-a como “Macumba Muçulmana”, o que apesar de ter ocorrido em passado recente, demonstra que a estereotipia ainda é deveras profunda quando da análise da questão, ou descobertas referentes à religiosidade de origem africana no Brasil, posto tratar-se o termo *macumba* de um adjetivo pejorativo, não referido a religião específica.

IV - A Pastoral Afro-brasileira e a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil

Segundo as exortações do Concílio Ecumênico Vaticano II, o Magistério Oficial da Igreja Católica demanda na Conferência de Puebla (1979), Santo Domingo (1992), bem como nas Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora para 2003-2007 da CNBB, registrariam faticamente as querelas do povo negro católico brasileiro, através do reconhecimento de sua luta originária. Aquelas diretrizes expressam a opção vocacional da Igreja pelos pobres, tomados na condição de despidos da cidadania plena e a importância de seus valores culturais e religiosos, neste momento a Confederação dava azo ao processo de renovação e inculturação na ação evangelizadora a partir dali.

Neste veio, a Pastoral Afro-brasileira teria seu caminho aferido dentro da hierarquia da Igreja, na verdade culminando com uma longa experiência de luta histórica ali reconhecida. A CNBB demonstrava valer-se de uma visão mais crítica da realidade social e do quadro de vilipêndio que aquele segmento experimentara até então. Baseada em dados demográficos,

posto o censo ter inferido que o contingente negro corresponderia a 45% do total populacional, composto, no entanto, de 80% da massa pobre nacional. A Pastoral logo viria a funcionar como importante porta-voz deste quadro.

A Igreja que se arrogava isoladamente na resolução do problema social, propôs o reconhecimento do caráter crônico do racismo experimentado, aliando-se, desta feita, na luta pela promoção da igualdade por via da adoção de políticas de ação afirmativas, o que para ela seria uma obrigação de toda sociedade. Esta exortação é expressada no Tema Central da Assembléia Geral da CNBB, ocorrida em Indaiatuba/SP, em agosto de 2005: “Evangelificação e Profetismo: Novos Desafios para a Missão da Igreja”, que mirava os afro-descendentes, reputados como os mais pobres, entre os mais pobres; reconhecendo, assim a invisibilidade que lhes era deferida pela postura até ali vigente.

As diretrizes ali aventadas possuíam como principal ponto nevrálgico o conhecimento e a estima do Dom de Deus presente na negritude através da superação do racismo e da discriminação racial; a promoção da cidadania a pleno título dos negros; o diálogo ecumênico e inter-religioso, não excluindo as religiões de matiz africano; o enriquecimento do processo de inculturação da ação evangelizadora da Igreja, entre outros.

No Documento 65, nº62 da CNBB resta consignado que as Comunidades Eclesiais de Base devem funcionar como agentes de inclusão da população afro-descendente à educação e saúde, o que se daria por meio dos carismas religiosos de sua cultura de origem. Esta pauta estava no cerne de algumas outras ações do Governo, o que ganharia fôlego renovado em 1988, ano da comemoração do centenário da abolição da escravatura, fato não muito festejado pelo segmento, ao contrário, utilizado como mote de luta contra as condições periféricas experimentadas neste período.

A Pastoral Afro-brasileira nasceria no bojo desta grita, mas não se trata de um movimento, mas de uma ação da Igreja, investida do espírito fortalecedor que deveria penetrar em todo espaço onde o afro-brasileiro se encontrasse.

Este fenômeno se dava concomitantemente em outros países da América Latina e do Caribe. A Pastoral Vocacional tem conseguido fazer progressos na formação de novos agentes de conscientização, o que ainda é reconhecidamente muito pouco, posto que suas práticas inculturadas no seu exercício cerimonial ainda são observadas com muita reserva e crítica, sendo fundamental o compromisso das Dioceses, Regionais, Paróquias, Comunidades, Pastorais e seus agentes para um maior incremento e difusão da Pastoral Afro-brasileira.

O ano de 1988 também foi emblemático como marco fundador das posturas aguerridas deste quadro, fato que se atesta na motivação daquela Campanha da Fraternidade, de âmbito

nacional veiculada pela CNBB. A Pastoral visava trazer à baila os temas correlatos à inculturação, multiculturalismo, entre outros, tendo em vista o real diálogo de igualdade racial, direitos humanos e o reforço da opção preferencial pelos pobres e excluídos, dentro de uma espiritualidade e mística.

A Igreja propôs o lema “Ouve o clamor deste povo”, o que não teria agradado a Arquidiocese carioca, sendo proibida, por conseguinte, pelo então arcebispo D. Eugênio Salles, que adotando um texto autônomo (“Defenda as cores”), argumentou o despropósito do texto anterior, posto privilegiar ideologia em detrimento da mensagem cristã. A Pastoral não se furtou a luta e a contribuição é reputada como histórica.

Em que pese o reconhecimento da Pastoral como grupo de trabalho legítimo dentro da Confederação, é fato que a sua composição humana é diminuta, bem como a formação de seu quadro (clerical) ainda não representar o idealizado, na medida que nem todo religioso negro adere a sua fundamentação, o que se aborda em seguida.

V - Conclusão

Ultrapassado os tópicos atinentes às evoluções históricas e litúrgicas havidas no interior da Igreja Católica brasileira, bem como da caminhada organizada do negro brasileiro, em especial o estabelecido no estado do Rio de Janeiro, passando pelo reconhecimento da necessidade de uma nova ótica no que tange ao trato para com as minorias submetidas às suas diretrizes, o Vaticano através de seu Concílio II reviu tal demanda, cristalizada na ação das CEB's à fundamentação para inovações de cunho valorizador para aquele segmento, oportunidade histórica aproveitada através de luta por reconhecimento, também observada.

As sutilezas que o quadro social carioca demonstram são inúmeras e variadas, perpassando-se uma rica seqüência de fatos e implicações históricas que há séculos repercutem nas várias esferas de formação da consciência cristã, atravessado pelo viés da cidadania. Seria possível traçar um quadro evolutivo das práticas apontadas para a valorização de minorias dentro da Igreja a partir da instituição das CEB's? Creio que não, haja vista que em poucas laudas talvez não fosse possível tecer comentários muito mais elucidativos, sem maior pesquisa de campo.

A promoção social em especial dos negros, em que pese a tentativa de interpretá-la tal qual um processo excêntrico, não imbricado também nas estruturas mentais, o que consiste num argumento no mínimo temerário, posto observar-se que a formatação social e geográfica da periferia do estado, especialmente a referente à Região Metropolitana, impõe uma série de

considerações de **ordem variada** na busca do real respeito a sua condição afro-descendente, o que certamente não implicaria em dizer que não existe apoio externo ou que exista a participação plena de toda a negritude.

A criação e atuação desta Pastoral nascem da demanda popular de reconhecimento, maturada pelo quadro de suas lutas, bem como da necessidade de maior conscientização daqueles que vivem numa crônica apatia participativa, não atuantes na Igreja a que se vincularam por não se visualizarem como elemento realmente ativo, mesmo representando na Baixada Fluminense de uma maioria estatística.

Neste prisma, aglutina-se ao processo de inculturação o fenômeno de aculturação, na medida que aquele demanda benevolência e interesse na captação de suas “inovações” pela cultura receptora, que precisam abrir espaço para estas novas realidades, através da reinterpretção dos significados, da assimilação de códigos e do despir de conceitos pré-estabelecidos.

Note-se que o Catecismo da Igreja Católica - Edição Típica Vaticana – nº1069 define o termo liturgia deste modo:

“A palavra liturgia significa originalmente ‘obra pública’, ‘serviço da parte do povo e em favor do povo’. Na tradição cristã, ela quer significar que o povo de Deus toma parte na ‘obra de Deus’. Pela liturgia, Cristo, nosso redentor e sumo sacerdote, continua a sua Igreja, com ela e por ela, a obra de nossa redenção.”

Neste sentido é que o exercício da Pastoral Afro se insere, demonstrando através de sua aceitação popular que a inculturação não deve ser vista como roupagem, mas, pelo contrário, trata-se de uma iniciação catequética para que os novos destinatários – principalmente os negros -, assimilem elementos apesar de conhecidos, são reputados como estranhos no bojo da simbologia católica tradicional.

VI – Bibliografia

ASSIS, M. *Esau e Jacó/ Memorial de Aires*. Nova Cultural. 1904, p. 11-12.

BALANDIER, G. *Dictionnaire des civilisations africaines*. Paris, Ferdinand Hazan Editeur, 1968.

KONINGS, J. *Inculturação da Fé no Novo Testamento*. In: TAVARES, S.S. (Org.). *Inculturação da Fé*. Petrópolis: Vozes. 2001, p.11/24.

LEYVA, Pedro Acosta. *A Igreja na África desde o NT até o Século IV* (artigo). In: Boletim do Grupo de Negros da EST/IECLB. 2005, p.04/09.

LOPES, N. *Bantos, Malês e Identidade Negra*. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 1988, p.85.

MALOMALO, Bas'Ilele. *Poder simbólico alternativo e identidade étnica: um estudo do Instituto do Negro Padre Batista*. In: Revista Religião e Cultura. Vol.V, nº10 Julho/Dezembro 2006. São Paulo. Ed. PUC. 2006, p.63-74.

PINTO, L.A.C. *O Negro no Rio de Janeiro. Relações de Raças numa Sociedade em Mudança*. UFRJ.1953, p.219-220.

SILVA, J.A. *Inculturação e Liturgia no Brasil: Desafio e Perspectivas*. In: TAVARES, S.S. (Org.). *Inculturação da Fé*. Petrópolis: Vozes. 2001, p.98.